



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### PROJETO DE LEI Nº 13 DE 01 DE JULHO DE 2021

**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar acordo judicial nos autos da Ação de desapropriação - Processo nº 0045901-79.2010.8.16.0014, em que são partes o Município de Tamarana, e Carlos Eduardo Silva Costa e Jose Romualdo Silva Costa, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo judicial nos autos da Ação de Desapropriação - Processo nº 0045901-79.2010.8.16.0014, em que são partes o Município de Tamarana em face de Carlos Eduardo Silva Costa e Jose Romualdo Silva Costa, cujo objeto envolve a desapropriação para o Município, de área de terras medindo 20.000 m<sup>2</sup>, destacada de uma área maior de 499.799,00 m<sup>2</sup>, originário da subdivisão do lote 124-126/H-J, Sítio Flor da Mata — Remanescente, originário da subdivisão do Sítio Flor da Mata, situado na Fazenda Três Bocas, no Município de Tamarana Estado do Paraná, de propriedade dos Srs. Carlos Eduardo Silva Costa, CPF 190.560.959-00 RG 702.818 PR, e José Romualdo Silva Costa CPF 010.436.099-20 RG 388.507-PR destinada à ampliação do Parque Industrial do Município de Tamarana - no valor atualizado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), nas seguintes condições:

1. O Autor desapropriante **MUNICÍPIO DE TAMARANA** reconhece como devido aos requeridos **CARLOS EDUARDO SILVA COSTA e JOSÉ ROMUALDO SILVA COSTA**, nos termos da sentença de mov. 166, o valor total de R\$ 1.209.607,22 (um milhão, duzentos e nove mil, seiscentos e sete reais e vinte e dois centavos), incluídos o valor principal devidamente corrigido, com inclusão de juros de mora desde outubro de 2010, honorários advocatícios de sucumbência.

2. Para colocar fim a presente demanda, os réus desapropriados renunciam a correções e atualizações de forma que as partes



## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

convencionam o pagamento à vista pela municipalidade autora, com prazo final até 30 de agosto de 2021, o valor total de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), sendo R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil) à título de indenização pela desapropriação aos requeridos e R\$ 80.000,00 (oitenta mil) referentes aos honorários advocatícios devidos aos patronos dos réus.

3. O valor acima referido será pago pela Municipalidade Autora, mediante depósito bancário junto ao Banco Itaú, agência 0109, conta corrente n.º 60.303-5, de titularidade de ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA MÁRIO ROCHA FILHO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.738.689/0001-00, cujo comprovante deverá ser juntado aos presentes autos.

4. Declaram as partes que os valores pagos através da presente transação incluem a integralidade da dívida, bem como da verba sucumbencial e custas antecipadas na presente execução, sendo que após o recebimento integral dos valores acima expostos, a parte ré nada mais terá a reclamar a que título for, dando plena, geral e irrevogável quitação ao Município Autor.

5. Outrossim, quanto à verba honorária, os procuradores dos réus declaram que recebem os valores em nome de todos os demais componentes dos respectivos escritórios e bancas de advocacia ou qualquer outro procurador que com eles tenha atuado conjuntamente nos presentes autos, responsabilizando-se eles pelo eventual repasse dos valores devidos a todos os demais advogados que tenham porventura aqui atuado.

6. Eventuais custas remanescentes serão pagas pelo Município de Tamarana.

7. Esta transação é firmada em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável, obrigando não só as partes subscritoras, como também seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título e durante todo o tempo.

8. Em face do exposto, respeitosamente, requerem se digne Vossa Excelência em homologar a presente transação, nos termos do artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, para que produza seus jurídicos efeitos, com a conseqüente extinção do processo, com julgamento de mérito, renunciando as partes ao prazo recursal, e requerendo o encaminhamento para a baixa das restrições existentes e posterior arquivamento, cumpridas as demais formalidades processuais.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta das





## MUNICÍPIO DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ

dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Tamarana, 01 de Julho de 2021.

**Luzia Harue Suzukawa**

Prefeita Municipal

**Amabili Florencio Celino Borges**

Procuradora Geral do Município

OAB/PR 68.357

Autoria: Poder Executivo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Gabinete do Prefeito**

**Ofício : 143/2021-** GAB - Gabinete da Prefeita

Tamarana, 01 de julho de 2021.

Referente: Projeto de Lei que Autoriza o acordo judicial em ação de Desapropriação.

Anexos estão: o Projeto de Lei e a justificativa que respalda a aprovação do mesmo.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência e dignos Pares, encaminhar, o Projeto de Lei supramencionado para apreciação dessa Casa de Leis. Segue anexo o Projeto de Lei, bem como a justificativa de tal.

Como restará demonstrado na justificativa que segue anexa, a edição, discussão, aprovação do referido projeto se faz de suma importância para como supra-exposto, a efetivação do acordo judicial de ação de desapropriação, o qual beneficiará em muito esta municipalidade.

Na certeza de contar com a colaboração dos nobres Edis, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

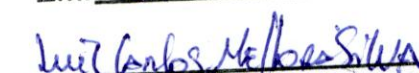
Cordialmente,

  
**LUZIA HARUE SUZUKAWA**  
Prefeita Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Silvano Rodrigues de Oliveira  
Presidente da Câmara de Vereadores de Tamarana  
Nesta Urbe.

**RECEBIDO**

EM: 01/07/2021

  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA



**MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Gabinete do Prefeito

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Presidente e Nobres Vereadores,

Através da presente, encaminhamos a essa Casa o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal firmar acordo judicial nos autos da Ação Anulatória de Auto de Infração Ambiental - Processo nº Ação de desapropriação - Processo nº 0045901-79.2010.8.16.0014, em que são partes o Município de Tamarana, e Carlos Eduardo Silva Costa e Jose Romualdo Silva Costa, e dá outras providências.

Os Termos do Acordo foram propostos pela Procuradora do Município, com o intuito de trazer celeridade ao projeto de reestruturação Industrial aos parques, regularização de desenvolvimento industrial e geração de empregos, pela oportuna vantagem econômica ao ente Municipal, bem como somados a todos os princípios inerentes a Constituição e Direito Público como: Supremacia do Interesse Público e Celeridade processual.

Com o acordo judicial anteriormente descrito, haverá economia **de mais de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) aos cofres municipais.**

Insta salientar que o juízo da causa não homologou o acordo já efetuado entre as partes, uma vez que as condições de acordo podem ser firmadas na fase que o processo se encontra, tal qual o cumprimento de sentença.

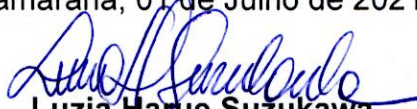
Por todo o exposto, esperamos e confiamos que os ilustres componentes dessa Egrégia Câmara Municipal, numa demonstração inequívoca do elevado espírito público, acatarão este pedido e o aprovarão por unanimidade.



**MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Gabinete do Prefeito

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os nossos  
cumprimentos.

Tamarana, 01 de Julho de 2021.



**Luzia Harue Suzukawa**

Prefeita Municipal



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA  
PÚBLICA DA COMARCA DE LONDRINA - PR

Processo nº 0045901-79.2010.8.16.0014

**CARLOS EDUARDO SILVA COSTA, JOSÉ ROMUALDO SILVA COSTA E MUNICÍPIO DE TAMARANA**, todos devidamente qualificados nos autos n.º 0045901-79.2010.8.16.0014, de **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO**, por si e por seus respectivos procuradores que ao final assinam, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar que, para colocar fim a toda e qualquer controvérsia referente à presente execução, resolvem consensualmente e na melhor forma de direito, TRANSIGIR nos termos abaixo:

1. O autor desapropriante **MUNICÍPIO DE TAMARANA** reconhece como devido aos requeridos **CARLOS EDUARDO SILVA COSTA e JOSÉ ROMUALDO SILVA COSTA**, nos termos da sentença de mov. 166, o valor total de R\$ 1.209.607,22 (um milhão, duzentos e nove mil, seiscentos e sete reais e vinte e dois centavos), incluídos o valor principal devidamente corrigido, com inclusão de juros de mora desde outubro de 2010, honorários advocatícios de sucumbência.

2. Para colocar fim a presente demanda, os réus desapropriados renunciam a correções e atualizações de forma que as partes convencionam o pagamento à vista pela municipalidade autora, com prazo final até 30 de agosto de 2021, o valor total de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), sendo R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil) à título de indenização pela desapropriação aos requeridos e R\$ 80.000,00 (oitenta mil) referentes aos honorários advocatícios devidos aos patronos dos réus.

3. O valor acima referido será pago pela Municipalidade autora, mediante depósito bancário junto ao Banco Itaú, agência 0109, conta corrente nº 60.303-5, de titularidade de ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA MÁRIO ROCHA FILHO, inscrito



no CNPJ/MF sob o n.º 10.738.689/0001-00, cujo comprovante deverá ser juntado aos presentes autos.

4. Declaram as partes que os valores pagos através da presente transação incluem a integralidade da dívida, bem como da verba sucumbencial e custas antecipadas na presente execução, sendo que após o recebimento integral dos valores acima expostos, a parte ré nada mais terá a reclamar a que título for, dando plena, geral e irrevogável quitação ao Município autor.


5. Outrossim, quanto à verba honorária, os procuradores dos réus declaram que recebem os valores em nome de todos os demais componentes dos respectivos escritórios e bancas de advocacia ou qualquer outro procurador que com eles tenha atuado conjuntamente nos presentes autos, responsabilizando-se eles pelo eventual repasse dos valores devidos a todos os demais advogados que tenham porventura aqui atuado.

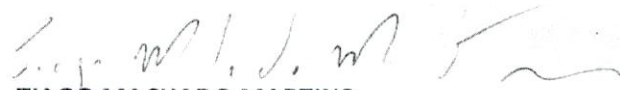
6. Eventuais custas remanescentes serão pagas pelo Município de Tamarana.

7. Esta transação é firmada em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável, obrigando não só as partes subscritoras, como também seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título e durante todo o tempo.

8. Em face do exposto, respeitosamente, requerem se digne Vossa Excelência em homologar a presente transação, nos termos do artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, para que produza seus jurídicos efeitos, com a consequente extinção do processo, com julgamento de mérito, renunciando as partes ao prazo recursal, e requerendo o encaminhamento para a baixa das restrições existentes e posterior arquivamento, cumpridas as demais formalidades processuais.

Termos em que,  
Pedem deferimento.  
Londrina, 24 de Junho de 2021

  
**MARIO ROCHA FILHO**  
OAB/PR n.º 11.268

  
**TIAGO MACHADO MARTINS**  
OAB/PR n.º 57.981

  
**CARLOS EDUARDO SILVA COSTA**

  
**JOSÉ ROMUALDO SILVA COSTA**

**MUNICÍPIO DE TAMARANA**

**AMABILI FLORENCIO CELINO BORGES**  
OAB/PR n.º 68.357